



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO DE ECONOMIA

**Comércio Exterior de Pernambuco: Evolução
a partir da Década de 1990**

Cristina Martins da Gama

Caruaru, julho de 2010

Cristina Martins da Gama

**Comércio Exterior de Pernambuco: Evolução
a partir da Década de 1990**

Monografia apresentada ao Núcleo de
Gestão da Universidade Federal de
Pernambuco – Campus Acadêmico do
Agreste, sob orientação da Professora
Maria Fernanda Freire Gatto Padilha,
como requisito para a obtenção do grau
de bacharel em economia.

Caruaru, julho de 2010

Gama, Cristina Martins da

**Comércio exterior de Pernambuco: evolução a partir da década de 1990 / Cristina Martins da Gama. - Caruaru: a autora, 2010.
69 f. : il.**

**Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) –
Universidade Federal de Pernambuco. CAA. Economia, 2010.**

Inclui bibliografia.

1. Economia de Pernambuco. 2. Comércio externo. 3. Competitividade. I. Título. II. Padilha, Maria Fernanda Freire Gatto.

33

CDU (2. ed.)

UFPE

330

CDD (22.ed.)

CAA2010-36

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela força e perseverança concedidas ao longo destes últimos anos, a minha orientadora, Professora Maria Fernanda, pela atenção e dedicação, e a minha família, em especial meu avô, minha mãe e meus filhos pelo apoio e orações.

RESUMO

Pernambuco perde a posição de destaque como economia exportadora que alcançou no passado com o açúcar. O resultado das vendas externas foi muito modesto na década de 90, e a deterioração da balança comercial se intensifica na década seguinte com a abertura comercial e a valorização cambial ocorridas com a liberalização dos mercados e do câmbio. A maior concorrência com produtos importados associada ao tímido desempenho do mercado exportador levou a constantes saldos negativos na balança comercial de Pernambuco desde a referida década. Em 2000 a economia brasileira recupera-se de alguns efeitos nocivos das políticas cambiais e comerciais da década passada, já Pernambuco continua a apresentar saldos negativos crescentes, a partir de 2003. Identifica-se uma pequena renovação da pauta exportadora. Ademais, a composição das exportações segundo fator agregado e segundo as contas nacionais indica diminuição nas exportações de produtos de maior valor agregado em detrimento do aumento das importações destes produtos, acentuando o saldo comercial negativo do Estado. Houve uma pequena renovação na pauta exportadora, onde o açúcar cedeu espaço à outros produtos, indicando dinamismo de novos setores na economia, principalmente devido a investimentos públicos, com políticas de fomento. Estes investimentos precisam de tempo para maturar, contudo se espera que a tendência verificada seja revertida nos próximos anos.

Palavras-chave: Economia de Pernambuco, Comércio Externo, Competitividade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Movimentação do Porto de SUAPE.....	27
Quadro 2 – Índice Câmbio/Salário.....	32
Quadro 3 – Exportações brasileiras.....	35
Quadro 4 – Índice de crescimento das exportações brasileiras.....	36
Quadro 5 – Saldo da Balança Comercial Brasileira.....	37
Quadro 6 – Evolução do saldo da Balança Comercial de Pernambuco.....	40
Quadro 7 – Participação (%) nas Exportações de açúcar no Brasil.....	44
Quadro 8 – Principais Produtos exportados em Pernambuco (%).....	48
Quadro 9 – Principais Produtos Importados em Pernambuco (%).....	50
Quadro 10 – Participação das Exportações segundo Fator Agregado (%).....	54
Quadro 11 – Participação das Importações segundo Fator Agregado(%).....	55
Quadro 12 –Exportação de Pernambuco segundo Setores das Contas Nacionais.....	57
Quadro 13 – Importações de Pernambuco segundo Setores das Contas Nacionais.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
 CAPÍTULO 1 – DESCRIÇÃO DO TEMA.....	11
1.1 – Justificativa.....	
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 – Objetivo geral.....	11
1.2.2 – Objetivos Específicos.....	12
1.3– Metodologia.....	12
 CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 – Comércio exterior: Definições e importância.....	14
2.2 – Aspectos gerais da economia brasileira.....	18
2.3 – Caracterização da economia pernambucana.....	22
 CAPÍTULO 3 - Importações e Exportações Brasileiras a Partir da Década de 90.....	28
3.1 – Política Comercial.....	29
3.2 – Política Cambial.....	31
3.3 – Comércio Exterior brasileiro em décadas recentes.....	33
 CAPÍTULO 4 – . O Comércio Exterior de Pernambuco.....	40
4.1 - Balança Comercial de Pernambuco.....	40

4.2 - Evolução do padrão das exportações e importações	
Pernambucanas.....	45
4.3 - Importações e exportações pernambucanas:	
análise de fator agregado.....	52
4.4 – Novos investimentos no Estado	60
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	63
5.1 - Sugestões para Trabalhos Futuros.....	65
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

Muitas foram as mudanças econômicas ocorridas no país na década de 90, e tais mudanças modificaram a estrutura da economia nacional e pernambucana. O comércio exterior de Pernambuco, objeto deste estudo, sofre impactos das políticas de liberalização comercial e cambial. O aumento da concorrência externa traz consigo oportunidades e desafios. A modernização tecnológica atinge a indústria nacional e estadual ao mesmo tempo em que os espaços nos mercados são disputados entre empresas locais e internacionais.

Neste sentido, a pesquisa abrangeu a década de 1990, onde os efeitos das políticas neoliberais foram mais nítidos, e a de 2000 até 2009, no intuito de analisar o comércio exterior de Pernambuco, destacando as principais transformações em suas exportações e importações.

No Capítulo 1 são apresentados a justificativa e os objetivos do trabalho, assim como é descrita a metodologia utilizada, esta baseada na análise dos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior, Sistema Aliceweb do SECEX e IPEADATA. O Capítulo 2 revela a fundamentação teórica do trabalho explicitando os recentes acontecimentos políticos e econômicos do Brasil, a revisão bibliográfica dos autores que abordaram o tema, como também as políticas de fomento ao Estado e a caracterização da economia pernambucana.

Já o Capítulo 3 analisa as transformações na macroeconomia, especialmente comércio exterior do Brasil, de suma importância para contextualizar o estudo da economia pernambucana.

Finalmente, no Capítulo 4 é feito um estudo sobre o comércio exterior de Pernambuco, a fim de apontar e refletir sobre as principais modificações nas importações e exportações do Estado. Utilizando dados do Banco Central e do MDIC/SECEX analisa-se exportações e importações do Estado segundo fator agregado e segundo os setores

das contas nacionais. Com base nas informações obtidas foi possível relacionar os resultados obtidos às políticas econômicas ao longo do período estudado. Segue-se ao Capítulo 5 uma conclusão, reunindo os principais resultados da pesquisa, e sugerindo alguns temas a serem estudados em outros trabalhos.

Capítulo 1. Descrição do Tema

1.1 Justificativa

A década de 1990 trouxe oportunidades e desafios para as economias brasileira e pernambucana. A liberalização dos mercados, especialmente dos comercial e cambial, modificou a estrutura produtiva nacional, oferecendo novas possibilidades para modernização tecnológica.

Ao mesmo tempo, a referida liberalização gerou aumento de concorrência e necessidade de adequação da produção aos níveis de exigência dos mercados mundiais. O comércio exterior pernambucano é afetado por este contexto, onde se observa desfavorecimento das contas externas e perdas relativas face ao crescimento de outros Estados e economias.

Este trabalho investigou o comércio externo de Pernambuco a partir da década de 1990, analisando os principais impactos das políticas de liberalização do período e das ações de fomento nos anos mais recentes. Entende-se como de fundamental importância o estudo da economia externa pernambucana, tendo em vista que a inserção competitiva das regiões e Estados periféricos, onde se encaixa Pernambuco, é atualmente um dos principais desafios do Governo, constituindo-se ainda como instrumento de recuperação econômico-social de áreas marginalizadas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o comércio exterior da economia pernambucana, destacando aspectos condicionantes para a evolução das importações e exportações no intuito de identificar empecilhos e oportunidades associadas a este comércio.

1.2.3 Objetivos Específicos

- Estudar as atividades de exportação no Estado de Pernambuco a partir de 1990, identificando segmentos mais representativos;
- Pesquisar a evolução das importações ao longo do período na região em questão;
- Investigar o comportamento da balança comercial pernambucana, destacando os impactos das políticas de liberalização, políticas cambiais e de fomento às exportações.

1.3 Metodologia

O trabalho proposto pretende investigar o comércio exterior de Pernambuco a partir de 1990, destacando a evolução das exportações e importações, assim como analisando condicionantes para o desempenho destas. A metodologia se apóia na descrição e na análise reflexiva a partir das informações reunidas.

Pretende-se iniciar a pesquisa com um levantamento de dados sobre o comércio exterior de Pernambuco a partir de 1990, utilizando livros, artigos e relatórios técnicos disponibilizados pelos Órgãos de Fomento. Especialmente no que se refere às pautas de exportação e importação, o sistema ALICE (2010) e MCIC/SECEX (2010) disponibilizarão as informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. Juntamente com este levantamento de dados, far-se-á uma caracterização da economia pernambucana, enfatizando os principais pontos do seu desenvolvimento. Neste sentido, os trabalhos de Lima (2006) e Vergolino (2001) assumem destaque uma vez que fazem um estudo sobre pontos essenciais da economia do Nordeste e de Pernambuco, respectivamente.

Ademais, serão úteis as informações e dados fornecidos pelas agências de desenvolvimento econômico como Addiper (2010), em particular sua subdivisão chamada

Unidade de Negócios Internacionais, responsável pelo planejamento, execução e promoção de ações voltadas para o apoio principalmente às micro, pequenas e médias empresas.

Seguem-se ao levantamento de dados e à caracterização, análise e reflexão a respeito da evolução das exportações e das importações, destacando-se aspectos que contribuíram para os desempenhos observados. Nestes se enquadram as políticas cambial e de fomento ao setor exportador, assim como os principais impactos advindos das políticas neoliberais da década de 1990.

Capítulo 2. Fundamentação Teórica

2.1 Comércio exterior: definições e importância

Antes de começar a analisar os dados sobre o comércio exterior de Pernambuco é importante apresentar alguns conceitos sobre economia e comércio internacional. A abertura comercial para a entrada e saída de mercadorias de outras nações traz tanto ganhos quanto perdas, dependendo da situação econômica e do grau de vulnerabilidade da indústria local, mas, no entanto, no contexto globalizado em que as economias estão inseridas, fechar a economia é impraticável, ou melhor, inviável economicamente no médio e longo prazos, porque sujeitaria a economia a sérias limitações tecnológicas e estruturais, comprometendo seu desenvolvimento sustentado.

As trocas comerciais permitem que os países tenham acesso a maior variedade de bens e produtos para seus residentes, que de outra forma não seria possível, ou se o fosse seria a um custo maior. Segundo Krugman e Obstfeld (2005), o comércio exterior tem papel fundamental para uma economia vigorosa, e esta teoria vem criando forças nas últimas décadas. Com a Globalização há maior tendência à integração dos mercados e intensificação das trocas entre as nações e blocos econômicos. Tal integração, apesar de benéfica em vários aspectos, eleva os riscos e vulnerabilidades das economias, que estão cada vez mais suscetíveis a desequilíbrios comerciais.

Dentre os diversos temas que versam sobre a economia internacional, Krugman e Obstfeld (2005) chamam atenção para os ganhos do comércio, o padrão do comércio, as políticas protecionistas, o balanço de pagamentos e a determinação da taxa de câmbio, destacados a seguir.¹

¹ A definição de cada um destes temas é importante para compreensão do significado e importância das importações e exportações para determinada região.

Os ganhos com o comércio internacional são importantes para os países envolvidos, mesmo que em muitas vezes, nem sempre ambos os países envolvidos obtenham ganhos homogêneos. Segundo a teoria das vantagens comparativas formulada pelo economista inglês David Ricardo no início do século XIX, um período onde o Mercantilismo predominava na Europa permeando o protecionismo com política comercial entre as nações, a livre troca comercial é importante.

A teoria das vantagens comparativas afirma que os países ganham com a especialização na produção de bens, uma vez que tal especialização reduz os custos e melhora o aproveitamento dos fatores. E quando estas vantagens são inseridas no comércio externo, fazem com que os produtos sejam comercializados a preços menores, e as nações se especializaram dessa forma na produção de bens nos quais tenham menor custo para produzir, em geral por possuírem os insumos em abundância. Enquadra-se na teoria das vantagens comparativas o livre comércio, sem qualquer forma de protecionismo, onde a especialização produtiva geraria um equilíbrio eficiente.

Com relação ao padrão do comércio internacional, pode-se observar empiricamente que o comércio exterior segue muitas vezes um padrão. Por exemplo, o Brasil não é reconhecido internacionalmente como produtor e exportador de produtos intensivos em tecnologia, mas por um país basicamente exportador de produtos agrícolas e de baixo valor agregado, embora nos últimos anos tenha diversificado sua pauta exportadora. Neste caso, o padrão especializado em bens agrícolas é obtido por meio de fatores abundantes que propiciam a especialização em determinados bens, nos quais os custos de oportunidade são menores (MAIA, 1995).

Por sua vez, as políticas protecionistas são o foco de debates em todo o mundo, gerando polêmica em torno de seus efeitos sobre a eficiência econômica versus proteção a determinado setor da economia nacional. As principais políticas comerciais praticadas são as tarifas as importações, os subsídios e as cotas de importações, onde os governos limitam as importações ou estimulam as exportações.

No caso da política de tarifação às importações, o governo consegue limitar a quantidade consumida do bem importado via preços, pois parte da tarifa é repassada ao

consumidor final, e quando se trata de um país pequeno o suficiente para não interferir nos preços internacionais, a tarifa será repassada integralmente para o referido consumidor. Com tal medida o governo restringe as importações, favorecendo o produtor nacional.

Alguns argumentos contra a intervenção do governo no comércio internacional é de que ela diminui a eficiência econômica à medida que subsidia ou protege setores que são ineficientes, por não escolher ou alocar da melhor forma os fatores produtivos. Um dos argumentos favoráveis às políticas comerciais é a proteção à indústria nascente, onde se considera uma indústria em fase de implantação necessitando assim de proteção à concorrência externa. Esta proteção foi evento recorrente no processo de industrialização por substituição de importações, onde o governo estimulou a produção industrial nacional, reservando o mercado interno para ela.

Outro aspecto interessante relacionado a intervenções de políticas públicas é o dualismo econômico, geralmente enfrentado por economias subdesenvolvidas, onde há uma divisão entre dois setores econômicos, um industrial capital-intensivo e outro setor basicamente agrícola. Considera-se a economia dual uma falha de mercado, na qual o governo seria responsável por diminuir as disparidades entre os setores. O grande problema em tais políticas é identificar o quanto e até quando proteger determinado setor.

Em termos econômicos, o balanço de pagamentos é de suma importância, ele é formado por nove contas, devendo-se procurar apresentar saldo o mais equilibrado possível (saldo zero, segundo o método contábil das partidas dobradas). Para o objetivo deste trabalho considera-se apenas a balança comercial da conta transações correntes, compreendida pelo saldo das importações e exportações, onde o valor das importações de bens entra com sinal negativo e as exportações com sinal positivo.

O superávit comercial, valor exportado maior que valor importado de bens, é um importante indicador macroeconômico, significa basicamente que houve maior entrada

de moeda estrangeira (ou dólares, para simplificar) no país, e por isso a economia tem mais condições de financiar seus empréstimos em moeda estrangeira. Possuindo maior lastro em dólares, garantirá ainda maior estabilidade em caso de uma crise mundial, que cause oscilações no comércio e nos investimentos internacionais. Se por exemplo o país apresenta déficits constantes na balança comercial, e neste contexto ocorra um ataque especulativo no mercado financeiro que gere pânico e fuga de capitais estrangeiro, o país enfrentará sérios problemas com liquidez e solvência perante seus credores internacionais.

A taxa de câmbio está intimamente ligada ao resultado da balança comercial. A definição mais simples de taxa de câmbio é que ela é o valor pago em moeda nacional para a aquisição de uma unidade de moeda estrangeira. À medida que a taxa de câmbio valoriza, a moeda nacional desvaloriza e com isso fica mais barato vender ao exterior e mais caro comprar do exterior, logo as importações diminuem ou seja, com a taxa de câmbio valorizada é necessário mais que uma unidade monetária nacional para adquirir uma unidade monetária estrangeira, encarecendo o preço dos produtos importados. O contrário ocorre para os exportadores, que obtêm um lucro maior por receber em moeda estrangeira, que neste caso está mais valorizada.

Após esta breve exposição sobre taxa de câmbio é possível entender a importância para o resultado do balanço de pagamentos, no exemplo da taxa valorizada: tudo o mais constante, as importações diminuem e as exportações crescem, o resultado é um superávit comercial. Os governos detêm o poder de controlar diretamente a taxa de câmbio, por meio de, por exemplo, âncoras ou bandas cambiais. No primeiro caso, é fixado um valor para a taxa cambial. Já no segundo, é definido um intervalo no qual ela poderá variar, podendo o governo influenciar indiretamente por meio de políticas monetárias, via taxa de juros.

2.2 Aspectos gerais da economia brasileira

Segundo Gremaud et al (2006), a economia brasileira em meados de 1900 era caracterizada como uma economia basicamente agroexportadora de elevada

instabilidade e vulnerabilidade, voltada para o mercado externo, na qual as exportações representavam um meio para importação de bens de consumo para a elite brasileira. Este quadro era bem evidente principalmente até a década de 1930, fase anterior à consolidação da industrialização.

A partir de 1930, a economia brasileira implementou políticas voltadas para industrialização através de substituição de importações, havendo deslocamento do centro dinâmico, com enfoque para a produção voltada para o mercado consumidor interno². Neste aspecto, vale ressaltar que o processo de industrialização não se voltou de imediato para o mercado internacional, tendo em vista a baixa produtividade da produção nacional. Percebe-se ainda que durante quase todo o século passado a pauta exportadora do Brasil era composta em sua maior parte por produtos primários.

Somente a partir da década de 1960 é que a pauta exportadora do país torna-se diversificada. Este incremento na pauta exportadora fez com que a vulnerabilidade externa do país diminuísse, ou seja, qualquer choque externo iria interferir negativamente na balança comercial em uma proporção menor.

Em período agrário exportador, afirma Tavares (1972) que o Brasil apresentava alta vulnerabilidade, associada a pouca diversificação e dependência de um cenário macroeconômico mundial estável e livre de crises, caso contrário, a economia brasileira estaria sujeita a perigosas oscilações no saldo da balança comercial, em virtude da diminuição do valor exportado.

Uma importante tese relacionada ao estreitamento da pauta de exportação, é o da deterioração dos termos de trocas das economias agroexportadoras. O principal motivo seria o comportamento tendencial dos preços de queda, enquanto os produtos

² Apesar de na época da ISI – Industrialização por Substituição de Importações o Brasil em geral não realizar uma política de fomento às exportações, alguns instrumentos visavam captar recurso do setor exportador e destiná-lo ao setor industrial, a exemplo do confisco cambial. Maiores detalhes ver em Gremaud et al (2006).

importados, por serem manufaturados e de maior valor agregado, possuem tendência de preços ascendente.

A pauta exportadora composta basicamente de produtos agrícolas implica que os produtos comercializados possuem baixo valor agregado, além de possuírem elasticidade-renda da demanda inferior a um, enquanto a elasticidade-renda da demanda dos produtos importados seria superior a um, implicando que à medida que a renda aumenta a demanda por produtos manufaturados aumentaria mais que proporcionalmente a elevação da renda, tendo-se o contrário para os bens agrícolas.

Outro aspecto importante é a estrutura de mercado, o mercado de produtos manufaturados possui características oligopolísticas, enquanto o de produtos agrícolas tem características concorrenciais, isto significa que o lucro do setor agrícola tende a ser menor que o mercado de produtos manufaturados, resultando em uma deterioração dos termos de troca para uma economia agroexportadora como a brasileira, e conseqüentemente um menor crescimento (MELLO, 1982).

Com relação à política cambial, o principal instrumento era a desvalorização do câmbio, que favorecia as exportações, diminuindo o preço dos produtos brasileiros no mercado internacional. Dois problemas econômicos foram derivados de tal política: o primeiro era que à medida que o governo incentivava a comercialização dos produtos exportados com a desvalorização cambial, poderia estar alimentando uma tendência de queda dos preços internacionais, devido ao excesso de oferta; e o segundo era o encarecimento das importações, gerando um efeito inflacionário sobre os produtos importados, prejudicando toda a sociedade.

Na década de 30 muito se discutia sobre qual caminho para industrialização, e a relação entre a industrialização e a economia exportadora cafeeira. Algumas correntes defendiam as exportações como forma de financiamento da industrialização brasileira, outra corrente afirmava que as exportações induziam ao aumento das importações

devido ao aumento das divisas no país, e dessa forma a economia não tinha incentivo para o desenvolvimento industrial.

Durante o período de 1930 a 1960 o processo de substituição de importações atingiu em parte o objetivo de desenvolver a indústria brasileira. No começo da década de 1970, já durante o período militar, a primeira crise do petróleo demonstrou ainda a fragilidade externa brasileira: com o aumento abrupto do preço do petróleo, o balanço de pagamentos apresentou déficit, e com a crise tal déficit não era coberto totalmente por capital externo, tendo o país que utilizar as reservas externas, aumentando ainda mais a vulnerabilidade da economia.

O processo descrito em parágrafo anterior desencadeou um aumento na dívida externa, que na década de 1980 foi um dos grandes problemas dos Brasil e de muitos países em desenvolvimento, os quais se tornaram reféns do sistema financeiro internacional. Novamente as políticas voltadas para o comércio internacional eram centros de debates. Economias endividadas como a brasileira deveriam, além de outras medidas fiscais, adotarem políticas cambiais que favorecessem as exportações, visando arrecadar recursos para pagamento da dívida.

A partir de 1985 principalmente, o país passou por vários planos econômicos heterodoxos ao final do regime militar, que não foram bem sucedidos no seu propósito principal de combate à inflação inercial. Em 1990 ocorre a primeira eleição direta após o regime militar, onde é eleito Fernando Collor de Melo. Sua equipe econômica seguiu as medidas neoliberais defendidas no consenso de Washington, onde os pontos principais enfocados, de acordo com Fiori (1999) eram: abertura Econômica; desestatização da economia; desregulamentação; flexibilização das relações trabalhistas; manutenção de juros competitivos; câmbio livre; e equilíbrio orçamentário.

Diante destas orientações o governo Collor tinha um desafio a ser cumprido, que era inserir o Brasil no contexto neoliberal para efetivamente fazer parte do processo de globalização. Seguindo este preceito, efetuou diversas reformas na economia, sendo as

principais medidas o bloqueio dos ativos, visando diminuir a liquidez para conter a demanda; a aceleração da abertura comercial iniciada no fim da década de 1980 visando competitividade; a correção salarial, com corte nos salários reais; o congelamento de preços para conter a inflação; e o corte de gastos para equilibrar as contas públicas. Somam-se ainda as privatizações de diversas estatais.

O bloqueio dos ativos, o corte nos salários reais e o ajuste fiscal geraram uma retração na demanda interna, e segundo Gremaud et al (2006) houve uma retração no PIB de 8% no segundo trimestre de 1990. A aceleração da abertura comercial gerou ainda um desequilíbrio acentuado na balança comercial, com déficits crescentes.

Segundo Souza (2007) a taxa de desemprego que era 8,8% em 1989, passou para 10% em 1990 e terminou em 14,9% em 1992. O controle da inflação que era um dos principais objetivos não foi alcançado, e mesmo após o bloqueio dos ativos financeiros, do congelamento de preços e do corte salarial, os recursos bloqueados não foram direcionados para o investimento produtivo. Os preços não foram controlados, e o índice de inflação (IGP) que em 1991 era de 480,2 apresentando uma queda em relação a 1990 de cerca de 307%, disparou em 1992 atingindo 1.157,9 (SOUZA, 2007).

O governo FHC marca a concretização do Plano Real na economia brasileira, com a âncora cambial segurou o aumento dos preços, restringindo o crédito para diminuir a base monetária, para conter a demanda e com isso evitar a pressão inflacionária sobre os preços. Neste período verificou-se aumento na demanda interna, devido ao aumento do poder aquisitivo com o fim da inflação e a demanda reprimida, a demanda aquecida juntamente com a apreciação cambial gerou déficits na balança comercial, que perduraram até 2000, com exceção de 1999.

2.3 Caracterização da Economia Pernambucana

2.3.1 Uma breve análise sobre o comércio exterior e o desempenho recente

Foram utilizadas para a fundamentação da análise sobre o comércio internacional de Pernambuco algumas obras que tratam da economia brasileira, fazendo um retrospecto dos acontecimentos econômicos significativos para estudar os temas inseridos no objetivo deste trabalho.

Neto e Vergolino (2001) analisam a economia de Pernambuco segundo os padrões de desenvolvimento, abordando o auge e declínio da economia açucareira do Estado, e apontando que o desempenho de Pernambuco em relação ao Nordeste é alavancado pelo setor de serviços, como uma característica singular e não muito favorável a longo prazo.

Em Pernambuco o setor de serviços responsável por maior parte do PIB do Estado em detrimento a participação do setor agrícola e industrial, provocando problemas estruturais no médio e longo prazo para o processo de acumulação de capital e tecnologia, necessário para o desenvolvimento sustentado.

Quanto ao desempenho do setor agrícola, Neto e Vergolino (2001) apontam como motivo a estiagem prolongada, ausência de políticas públicas do governo federal, falta de investimento tecnológico, e principalmente a queda prolongada do preço internacional do açúcar, colocando em dificuldades as atividades agrícolas voltadas para o plantio da cana. Salientam ainda que tal impacto negativo foi refletido na indústria voltada para produtos alimentícios que utilizavam o açúcar como matéria prima.

Atendo-se à importância do comércio exterior para o crescimento e desenvolvimento sustentado de Pernambuco, um indicador valioso é o Grau de Abertura Externa (GAE),

obtido pela divisão da soma das exportações e das importações pelo PIB do Estado. De 1970 a 1981 houve uma tendência crescente do GAE,

Já entre 1991 e 1998 observa-se o crescimento do Grau de Abertura Externa, e desta vez as importações tiveram grande participação, tendo em vista a valorização cambial do período devido à implantação do Plano Real e a ampliação do MERCOSUL. Embora o último período tenha apresentado aumento no GAE, este aumento não foi em proporção suficiente para alterar significativamente o PIB de Pernambuco (NETO & VERGOLINO, 2001).

Sobre as exportações brasileiras e as nordestinas, Melo (2007) aponta no período mais recente, 2002 a 2005, uma melhora não só quantitativa, mas também qualitativa, ou seja, não foi só o volume exportado que cresceu, mas a pauta também foi diversificada, o que indica uma menor vulnerabilidade da balança comercial a crises e choques externos. A região Nordeste participou de cerca de 10% do aumento nas exportações brasileiras, sendo a pauta exportadora da região ainda composta em grande parte por produtos considerados em decadência na demanda mundial. Já para os setores considerados de demanda mundial dinâmica, o destaque regional é o setor de automóveis e tratores etc., suas partes/acessórios, sementes e frutos oleaginosos. Em 2005, setores com média e média-baixa intensidade tecnológica foram responsáveis por cerca de 80% do valor total exportado, embora tenha ocorrido melhora na composição da pauta no que se refere a tecnologia entre 2003 e 2005.

2.3.2 Políticas de Fomento e Investimento nas últimas décadas

Para embasar a análise do comércio exterior pernambucano a partir de 1990 será necessário fazer uma breve exposição das políticas públicas de fomento, investimentos privados no Estado nas décadas anteriores, assim como carência destes em determinados setores, associando ao dinamismo destes no contexto regional, nacional e principalmente, por ser o objetivo central deste trabalho, a inserção do Estado no comércio internacional.

A trajetória da economia pernambucana mostra-se instável e frágil ao longo das últimas décadas. A economia estava fundamentada na produção agrícola, onde o produto principal comercializado, tanto regionalmente como a nível nacional e internacional, era a cana-de-açúcar e seus subprodutos, responsáveis pela geração de empregos diretos e indiretos. Por se tratar de uma economia dependente de uma monocultura, a vulnerabilidade não se verifica apenas a choques exógenos que geram uma diminuição na demanda ou queda nos preços, mas também a estiagens prolongadas, como as ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 (LIMA, 2006).

O Governo Federal ao longo vem buscando incentivar a economia das regiões menos desenvolvidas, voltando-se para inserção das mesmas no contexto econômico nacional e internacional. Neste sentido, a região Nordeste foi beneficiada com diversos programas, e em consequência Pernambuco desfrutou de alguns destes incentivos, como por exemplo, o Proálcool criado em 1975. Este Programa financiou a modernização das usinas e indústrias de beneficiamento do açúcar, assim como as destilarias de álcool, tendo alcançado seu apogeu ao final da década de 1970.

A partir de 1986 o cenário internacional do comércio petrolífero mudou e o preço do petróleo caiu, sendo a produção de açúcar impactada negativamente, o que gerou estagnação do setor, castigando os produtores de cana-de-açúcar e toda a cadeia produtiva envolvida. Nos anos 2000, todavia, os produtores de cana-de-açúcar tiveram nova perspectiva com o aumento do consumo de álcool devido à produção dos carros

bicombustíveis, tecnologia esta que vem sendo difundida em outros países, face à conscientização recente a respeito do desenvolvimento sustentável.

Outra ação importante voltada para a economia de Pernambuco foi o apoio à fruticultura irrigada do vale do São Francisco, que começou a ser idealizada na década de 1960 pela SUDENE. Neste sentido foram feitas desapropriações dos latifúndios da região, visando a irrigação das terras para promoção do desenvolvimento econômico regional e a redução das desigualdades sociais do semi-árido.

A implementação da agricultura irrigada proporcionou à região grandes transformações econômicas, criando no médio e longo prazos uma estrutura de suporte para as atividades agroindustriais, assim como uma cadeia produtiva mais organizada, que deu apoio à competitividade da região ante os produtores de outras regiões do país. A produção passou a competir inclusive no comércio internacional com seus produtos exportados, dentre os quais se destacam as frutas e vinhos, cujas produções têm grande proporção destinada à exportação (FONTENELE & MELO, 2005).

Em meio às dificuldades impostas por choques exógenos e baixa competitividade do setor agrícola tradicional, surge com ajuda do Estado, a modernização agrícola. Houve uma substancial renovação da produção e comercialização dos produtos agrícolas, contudo o setor perdeu espaço na participação do PIB de Pernambuco.

O setor industrial de Pernambuco sofreu retração nas últimas décadas, diminuindo sua participação no PIB da região Nordeste, perdendo espaço principalmente para o setor de serviços. Quanto às políticas de fomento ao comércio exterior a agência Addipper, criada pelo Governo de Pernambuco, oferece informações ao empresário que deseje exportar, oferecendo apoio desde a primeira até a última etapa do processo de exportação, promovendo rodadas de negócios, feiras, workshop, além de manter um sistema que funciona como um centro de informações sobre o comércio exterior (CICEX).

O governo federal elaborou ainda um programa para apoio tecnológico ao exportador, desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O Programa de Apoio Tecnológico às Exportações – PROGEX promove pesquisas para adaptação aos produtos exportados às normas internacionais, melhoramento de *design*, embalagens, processo produtivo e qualidade, diminuição nos custos e superação das barreiras técnicas. Em Pernambuco o exportador pode ter acesso ao PROGEX através do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), através do qual o governo federal também oferece estudos de mercado para o exportador.

De acordo com a Diretoria Econômico-Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, o Programa de desenvolvimento de Pernambuco – PRODEPE é um programa de incentivos fiscais coordenado por três secretarias do Governo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e a Secretaria da Fazenda. Tal programa beneficia as empresas novas ou empreendimentos já existentes em fase de ampliação, onde os benefícios incidirão sobre o incremento da produção já existente. A redução fiscal pode ser concedida por um prazo de até 12 anos, e as centrais de distribuição poderão alcançar até 15 anos de redução fiscal.

Para o importador atacadista o PRODEPE beneficia com redução do ICMS e, com a condição que a mercadoria seja desembarcada em Pernambuco, os benefícios podem ser de crédito presumido ou deferimento no prazo de recolhimento do ICMS.

Destaca-se entre os grandes projetos de investimento no Estado de Pernambuco o Complexo Industrial e Portuário de SUAPE. Este foi projetado e desenvolvido para ser um dos maiores portos do mundo, funcionando como ponto de embarque e desembarque de mercadorias, inclusive desembarque de mercadorias importadas e embarque das exportações do Estado.

Quadro 1: Movimentações do Porto de SUAPE, 2000-2008

Exportações e Importações via porto de SUAPE					
	2000	2003	2006	2008	Var. 2000/2008 (%)
Valor Exportado	235050880	204590445	669019755	899012043	382,48
Valor Importado	720082967	393855620	678453143	2204511993	306,15

fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice. Acesso em 20/06/2010.

O Quadro 1 mostra a evolução do valor das exportações e importações via Porto de SUAPE, onde se pode verificar o aumento percentual entre o ano de 2000 e 2008, que chega a 382,48% do valor exportado e 306,15% no valor das mercadorias importadas.

Em 2000, 70% das exportações de Pernambuco eram embarcadas no Porto de SUAPE, e das importações do Estado em 2000 também aproximadamente 70% eram aí desembarcadas. Em 2008 a representatividade de SUAPE para o comércio exterior de Pernambuco aumenta, e 96% das exportações do Estado foram escoadas e 90% das importações foram desembarcadas. Uma variação absoluta de 26% e 20% respectivamente. Estes números indicam a importância deste Porto para o comércio a evolução do exterior de Pernambuco.

Capítulo 3. Importações e Exportações Brasileiras a Partir da Década de 90

3.1 Política Comercial

A década de 1990 significou para o Brasil a implementação de reformas visando consolidar a política neoliberal. Atrelado a este objetivo estava o de controle inflacionário, que se daria através de mecanismos diversos, destacando-se o estímulo à concorrência externa, que estimulada pela valorização da moeda nacional pressionaria os preços internos para baixo.

Durante o Governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) algumas reformas foram implementadas a fim de inserir o país no paradigma então vigente. Destaca-se a reforma comercial, através da redução das alíquotas tarifárias, barateando produtos importados. A competitividade da indústria nacional foi colocada a prova, por meio da concorrência externa e neste contexto houve uma modernização forçada, fundamental para a continuação das atividades em uma ambiente econômico competitivo após a invasão de diversos produtos substitutos importados, a preços baixos e com padrão tecnológico mais avançado que os produtos nacionais.

Segundo Souza (2007), a mudança na política comercial definida pelo Plano Collor significou a liberalização das importações, com redução de alíquotas além da eliminação tarifária em cerca de mil produtos importados. Também foi criado um cronograma para redução gradativa das tarifas à importação e esta redução era unilateral, ou seja, facilitava-se a entrada e comercialização das importações por meio da redução das tarifas, mas tal medida não era adotada por outros países e dessa forma as exportações brasileiras continuavam deparando-se com o protecionismo de seus parceiros comerciais. Tal discrepância não era favorável ao saldo da balança comercial, que tendia a apresentar desempenho desfavorável.

O impacto negativo da redução da alíquota de importação poderia ainda ter sido maior sobre a balança comercial, só não foi devido à retração da demanda interna, resultante de medidas recessivas visando controlar a inflação. O bloqueio de ativos, por exemplo, constituiu-se numa dessas medidas, reduzindo a liquidez na economia. Mesmo sem a explosão da demanda, a entrada de produtos importados a preços competitivos causou um transtorno econômico para as indústrias nacionais, que em sua maioria não conseguiram competir com os produtos importados, tanto em nível de tecnologia quanto de preço, este fato se deve ao longo período de proteção da indústria nacional iniciado com o processo de substituição das importações na década de 60.

O cenário mundial apontava para a integração regional das economias, e para tanto a reforma comercial era um “mal necessário”. A aceleração da redução tarifária ocorreu com mais ênfase no começo da década de 90 e ao final de 94. O argumento do governo para tal medida era a necessidade de aumentar a competitividade da indústria nacional, que por muitos anos protegida não investia em pesquisa e tecnologia.

Outro motivo apontado pelo governo para justificar a liberalização comercial foi a necessidade de diminuir o poder das indústrias nacionais de aumentar os preços de seus produtos. Este certo poder de monopólio devia-se a baixa concorrência internacional com que a indústria brasileira se deparava dessa forma tal indústria podia aumentar seus preços, e a consequência econômica principal era uma maior pressão inflacionária no país. Deve-se ressaltar que no período estudado a inflação era um grande, senão o maior, problema a ser vencido da economia brasileira.

De maneira geral, o impacto da abertura comercial sobre a economia e principalmente sobre a balança comercial não foi imediato e direto. Aponta-se alguns motivos para isso, destacando-se o fato de a economia estar fechada há muitos anos, levando alguns anos para que as importações crescessem de forma proporcional à redução tarifária;

As exportações também foram alteradas com a abertura comercial, houve uma redução multilateral das tarifas, como também houve a contribuição das trocas regionais com o MERCOSUL, e com o aumento das exportações o déficit comercial foi menor.

Nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1998-2002) seguiu-se de maneira geral uma política de valorização da moeda brasileira, estimulando ainda mais a concorrência com os importados³. Tendo em vista o ajuste fiscal promovido pelo então presidente, como base para a implantação do Real⁴, foram cortados investimentos e subsídios às exportações, e a balança comercial tendeu a manter-se deficitária na maior parte do período.

Posteriormente no Governo Lula, especialmente em 2004 segundo Baumann (2006), foram adotadas medidas para estimular as exportações, aumentando a competitividade e reduzindo estrangulamentos da economia que dificultavam o processo de exportação, dentre elas pode-se ressaltar:

- (i) Desoneração de máquinas e bens de capital, visando modernização e aumento da competitividade da indústria brasileira;
- (ii) Realização de diversas viagens internacionais em busca de acordos e novos parceiros comerciais;
- (iii) Criação de programas de financiamento às exportações, como o BNDS/Exim, programa de financiamento a máquinas e equipamentos e a habilitação da Corporation Andina de Fomento para financiamento e refinanciamento;
- (iv) Isenção de PIS e Confins para empresas importadoras de bens de capital e insumos e que exportam o mínimo de 80% de suas vendas anuais;

³ Em 1999 com a crise atrelada ao crescente déficit comercial, a moeda foi desvalorizada, dinâmica revertida nos anos 2000.

⁴ O Plano Real foi implantado em três fases: ajuste fiscal, indexação total da economia tendo como medida de referência a Unidade Real de Valor – URV e a troca de moeda (cruzeiro real para real).

(v) Isenção do PIS/Pasep para empresas que exportam mais de 80% da sua produção de software;

(vi) Prorrogação do prazo para utilização dos créditos gerados pelo pagamento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Tais medidas geraram efeitos positivos sobre as exportações, embora a carência de infra-estrutura ainda permanecesse desfavorecida e as distorções da tributação brasileira interferisse negativamente sobre a competitividade da indústria.

Apesar da continuidade da valorização da moeda nacional, discussão abordada em tópico posterior, o comércio exportador brasileiro apresentou uma trajetória ascendente desde 2002, e por este motivo o desempenho positivo das exportações brasileiras tem surpreendido alguns analistas.

3.2 Política Cambial

Segundo Baer (2002) a política Cambial a partir de 1990, com as medidas do Plano Collor I, sofreu significativas mudanças. Houve uma liberação do câmbio, que passou a flutuar de acordo com a entrada e saída de divisas do país. A alta taxa de inflação da segunda metade de 1990 fez com que a taxa real do câmbio se valorizasse, intensificando ainda mais a tendência ao déficit comercial. O saldo comercial passou de superávit de US\$13 bilhões em 1992-1994 para um déficit de US\$ 6 bilhões entre 1995-1998.

A liberalização veio também como consolidação de propostas neoliberais, mantida no Governo Fernando Henrique Cardoso, e considerada essencial para controle inflacionário, uma vez que a concorrência estimulava a queda de preços, como já comentando.

De acordo com Baumann (2006), de maneira geral a partir da década de 90 a política cambial brasileira sofreu poucas intervenções, sendo seu direcionamento voltado para competitividade e metas de inflação, por meio do controle na taxa de juros com base na projeção da demanda agregada. E dessa forma a adequação da taxa de câmbio às necessidades da balança comercial ficaram em segundo plano.

A livre flutuação do câmbio associada ao grande influxo de divisas devido a taxa de juros elevada, junto ainda à desvalorização do dólar em relação a outras moedas, fizeram com que o Real ganhasse tendência de alta. Entre janeiro de 2003 e junho de 2005, por exemplo, o real acumulou uma valorização de mais de 30%, (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Em relação à rentabilidade da atividade exportadora, esta é comprometida pela valorização cambial, e um indicador desta diminuição de rentabilidade é a relação câmbio/salário, que representa a margem de ganho das vendas ao exterior em relação aos custos de produção.

Quadro 2 – Índice Câmbio/Salário

Período	Transformação de Relação câmbio / salário - índice - IPEA - GAC12_RTCS12
1994	106,72
1995	81,23
1996	72,27
1997	69,04
1998	70,07
1999	108,37
2000	100
2001	121,37
2002	140,59
2003	137,38
2004	118,43
2005	93,10
2006	75,66
2007	64,96
2008	57,33
2009	64,49

Fonte: Ipeadata, 2010.

O Quadro 2 apresenta Índice calculado a partir dos salários médios nominais (FIESP) e da taxa de câmbio real (R\$) / dólar americano (US\$) - média mensal - venda (Banco Central). O índice tem como base o ano de 2000=100, podemos observar que entre 1995 e 1998 o índice manteve-se menor que 100, de 2000 até 2004 o índice manteve-se maior que 100, mas a partir de 2005 até 2009 manteve tendência de queda. A interpretação destes resultados é que a relação entre a margem de lucro representada pela taxa de câmbio e os custo de produção da atividade exportadora, representado pelo salário médio nominal, tem diminuído, ou seja, com a valorização cambial, a taxa de câmbio caiu em proporção maior que o aumento do salário médio

3.3 Comércio Exterior em Décadas Recentes

Analisando a evolução do padrão do comércio externo do Brasil, de acordo com Baer (2002), observa-se o aumento da importância de alguns produtos nas exportações do país, como o crescimento das exportações de produtos primários não tradicionais, como a soja e o minério de ferro, assim como o aumento da participação do suco de laranja a partir da década de 80.

No lado das importações, na década de 1990, houve um aumento de bens de capital, refletindo uma tendência de elevação de investimentos das multinacionais em suas unidades no país, ocorrendo também uma diminuição na quantidade de petróleo importado. Em 1981 o petróleo representava cerca de 51,30% das importações, enquanto em 1998 este percentual caiu para 7,1% (BAER, 2002).

Outra análise interessante é a participação percentual de diferentes países e áreas geográficas como parceiros comerciais. Houve um aumento significativo das importações da América Latina, em 1967 esse percentual era de 13%, aumentando para 20,1% em 1998, e as exportações também para esta região saltaram de 9,7% em 1967 para 24,7% em 1998 (CARNEIRO, 1996).

O MERCOSUL é também responsável por este aumento no comércio entre o Brasil e a América Latina. A valorização do peso argentino no início da década de 90, por exemplo, alavancou um aumento nas exportações para tal país, o que provocou alguns conflitos e impasses entre os dois países pertencentes ao bloco. Produtos como geladeiras e fogões produzidos no Brasil, a chamada linha branca, foram os produtos mais demandados pela Argentina neste período, esta invasão dos eletrodomésticos naquele país levou o governo argentino a criar um imposto sobre os produtos brasileiros importados. Logo depois, com a maior valorização do Real, a situação se inverteu e as importações argentinas passaram a invadir o país, gerando reações protecionistas por parte do governo brasileiro. Interessante observar que o comércio com os Estados Unidos diminuiu ao longo das últimas décadas. As exportações para este país em 1981 representavam 27,3% do total exportado pelo Brasil, enquanto em 1998 este percentual caiu para 19,3%, uma redução de 27,84%. Quanto às importações da década de 90 advindas dos Estados Unidos, estas também diminuíram se comparadas com as importações da década de 60 – contudo, permaneceram estáveis se comparadas com as da década de 70 (BAER, 2002).

O comércio com a Europa cresceu, tanto as exportações quanto as importações foram responsáveis por este incremento: em 1998 o comércio entre Europa Ocidental e o Brasil era o mais representativo para o país.

Outro aspecto interessante relacionado ao aumento de importados, é o “efeito riqueza” causado pela estabilização dos preços do Plano Real: a população acostumada com o efeito da inflação sobre os preços, passou a sofrer uma ilusão monetária, aumentando a demanda interna por importações de diferentes destinos.

Quadro 3 – Exportações Brasileiras

Período	Transformação de Exportações - (FOB) - US\$(milhões) - BCB Boletim/BP - BPN12_XTV12
1990	2894,5
1991	2514,2
1992	3419,9
1993	3410,2
1994	3713,5
1995	3875,042
1996	3789,399
1997	4534,287
1998	3943,987
1999	4672,975
2000	4658, 552
2001	4345,808
2002	5242,336
2003	6748,148
2004	9194,497901
2005	10895,99153
2006	12264,83314
2007	14230,80344
2008	13817,39841
2009	14462,6238

Fonte:Ipeadata, 2010

Quadro 4 – Índice de Crescimento das Exportações brasileiras

Período	Transformação de Exportações - (FOB) - US\$(milhões) - BCB Boletim/BP - Índice 1990=100
1990	100
1991	86,86
1992	118,15
1993	117,82
1994	128,30
1995	133,88
1996	130,92
1997	156,65
1998	136,26
1999	161,44
2000	160,94
2001	150,14
2002	181,11
2003	233,14
2004	317,65
2005	376,44
2006	423,73
2007	491,65
2008	477,37
2009	499,66

Fonte: Ipeadata, 2010

Quadro 5 – Saldo da Balança Comercial Brasileira

Período	Transformação de Balança comercial do Brasil - (FOB) - saldo - US\$(milhões) - BCB Boletim/BP - BPN12_SBC12
1990	850,1
1991	705,3
1992	1197,1
1993	854,4
1994	-809,8
1995	-57,251
1996	-1845,279
1997	-764,781
1998	-507,573
1999	248,86
2000	-213,604
2001	853,073
2002	1799,88
2003	2750,846
2004	3.508,385244
2005	4.329,975703
2006	5.051,861402
2007	3.638,329807
2008	2.300,463711
2009	2.173,9325

Fonte: Ipeadata, 2010

Podemos observar no Quadro 3 o gradual aumento no valor exportado ao longo das últimas décadas, houve um aumento significativo do valor exportado entre o final do período de 1990 e 2009. O Quadro 4 apresenta variações percentuais em relação a 1990, e com exceção de 1991 todos os anos apresentam valores exportados maiores que o ano de referência, sendo que o crescimento intensifica-se a partir de 2002, chegando a quase 500% maior em 2009 em relação a 1990.

O Quadro 5 apresenta o saldo da balança comercial brasileira, onde se pode observar que o saldo começa a ser negativo a partir de 1994, quando é intensificada a abertura comercial e a valorização cambial, e, portanto, as importações superam as exportações. Este quadro se reverte em 2001, quando a balança comercial passa a ser superavitária

até 2009, último período analisado, em 2006 o superávit da balança comercial alcança seu maior valor.

Importante contribuição fornece Carneiro (1996), que utiliza para análise da abertura comercial e a reestruturação produtiva dois índices, o coeficiente de penetração, que é composto pela divisão das importações e a produção; e o coeficiente de abertura, composto da divisão das exportações pela produção, considerando o coeficiente como indicador de especialização da indústria.

O autor se apóia em dados das contas nacionais por categoria de uso e por intensidade de fator, calculando a variação entre os anos de 90/98, 90/94 e 94/98, onde os resultados obtidos indicam que ocorreu uma acentuada especialização, significando uma perda na densidade produtiva: o coeficiente de penetração no setor de bens de capital que era 20% em 1990 passou para 100% em 1998; e nos setores de bens duráveis, material de transporte e intermediários também houve especialização.

A exceção é o setor de bens de consumo, em que a especialização não foi tão significativa. O setor de bens duráveis apresentou crescimento do coeficiente de exportações compatível com o de importações (Carneiro, 1996). O ponto negativo na especialização é que indica uma desarticulação intersetorial, elos da cadeias produtivas podem ter sido desarticulados, causando um efeito nocivo para a economia brasileira.

Considerando a taxa de comércio, que mede para cada setor a relação entre as exportações e importações, onde valores maiores que 1 indicam superávits e valores menores que 1 indicam déficits, tem-se segundo o estudo mencionado que nos setores de bens de capital e insumos elaborados a taxa de comércio deteriorou-se entre 1990 e 1998. O total da Indústria em 1998 a taxa de comércio era de 0,7, quando isoladamente o setor de bens de capital era 0,2. O setor de bens de consumo duráveis e não duráveis apresentou taxas de comércio superior a 1, embora tenha mantido a tendência de deterioração entre 1990 e 1998.

Tendo em conta o período de 1990 até 1998, abrangendo a abertura comercial e valorização cambial, a taxa de comércio da indústria como um todo foi negativa até 2001, quando a balança comercial passou a ser superavitária.

Capítulo 4. O Comércio Exterior de Pernambuco

4.1 Balança Comercial de Pernambuco

O comércio exterior de Pernambuco ao longo das últimas décadas apresentou resultados desfavoráveis: conforme o Quadro 6 percebe-se que a partir de 1993 o saldo da balança comercial manteve-se negativo, sendo o principal motivo o crescimento das importações do Estado. A variação do valor importado em 1990 e 2008 é extremamente significativa, de mais de 1000%.

**Quadro 6 - Evolução nos saldos da Balança Comercial de Pernambuco
1990-2008 em US\$ 1.000**

EXPORTAÇÃO					IMPORTAÇÃO				SALDO
ANO	VALOR	VAR%	ÍNDICE DE CRESC.	(%) Nor- deste	VALOR	VAR%	ÍNDICE DE CRESC.	(%) Nor- deste	
1990	400.464	24,0%	100,0%	13,2%	226.693	15,7	100,0	15,19	173.771
1991	336.779	-15,9%	84,1	11,78%	309.609	36,6	136,58	19,62%	27.120
1992	352.431	4,6%	88,0	11,61%	252.650	-18,4	111,45	18,44%	99.781
1993	345.651	-1,9%	86,3	11,47%	465.845	84,4	205,50	23,70%	-120.194
1994	372.738	7,8%	93,1	10,64%	517.402	11,1	228,24	21,07%	-144.664
1995	574.321	54,1%	143,4	13,55%	794.818	53,5	350,61	22,06%	-220.126
1996	341.004	-40,6%	85,2	8,85%	818.030	3	360,85	19,90%	-447.026
1997	372.581	9,3%	93,0	9,41%	885.734	8,3	390,72	19,92%	-513.153
1998	362.257	-2,8	90,5	9,74%	916.173	---	404,15	24,11%	-553.916
1999	265.888	-26,6	66,4	7,92%	735.305	-19,7	324,36	20,85%	-469.417
2000	284.248	6,91	71,0	7,06%	936.026	27,3	412,90	19,60%	-651.778
2001	335.462	18,02	83,8	8,01%	1.028.607	9,89	453,74	20,06%	-693.145
2002	319.996	-4,61	79,9	6,87%	843.989	-18	372,30	18,11%	-523.993
2003	411.137	28,48	102,7	6,73%	795.969	-5,69	351,12	18,39%	-384.832
2004	517.549	25,88	129,2	6,43%	758.773	-4,67	334,71	13,77%	-241.224
2005	786.051	51,88	196,3	7,44%	805.933	6,22	355,52	12,78%	-19.882
2006	781.046	-0,64	195,0	6,72%	1.024.745	27,15	452,04	11,57%	-243.699
2007	870.557	11,46	217,4	6,65%	1.720.082	67,85	758,77	14,61%	-849.525
2008	935.742	7,49	233,7	6,06%	2.460.592	43,05	1085,43	15,85%	-1.524.850

Fonte: MDIC/SECEX, 2010. Elaboração própria.

Conforme o Quadro 6 se pode acompanhar a evolução do valor exportado e importado de Pernambuco. Utilizando o ano de 1990 como base observa-se que, com exceção do ano de 1995, somente em 2003 é que as exportações superaram o valor exportado em 1990.

Um dos motivos para a redução no valor exportado é a valorização cambial ocorrida no país durante este período que tornou os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional. Os produtos tornaram-se mais caros uma vez que a moeda nacional estava mais valorizada que a estrangeira e neste caso torna-se necessário um valor maior da moeda estrangeira para adquirir os produtos nacionais.

Outro motivo que pode ser apontado como responsável pela prolongada redução das exportações é o baixo dinamismo do setor sucroalcooleiro, que sofreu dificuldades com a drástica redução dos incentivos fiscais e subsídios do Governo Federal através da SUDENE. O aumento da competitividade na produção do açúcar e seus derivados de outras regiões do país também contribuíram para a diminuição do preço do açúcar no mercado externo, assim como a quantidade exportada pelo Nordeste e em particular por Pernambuco.

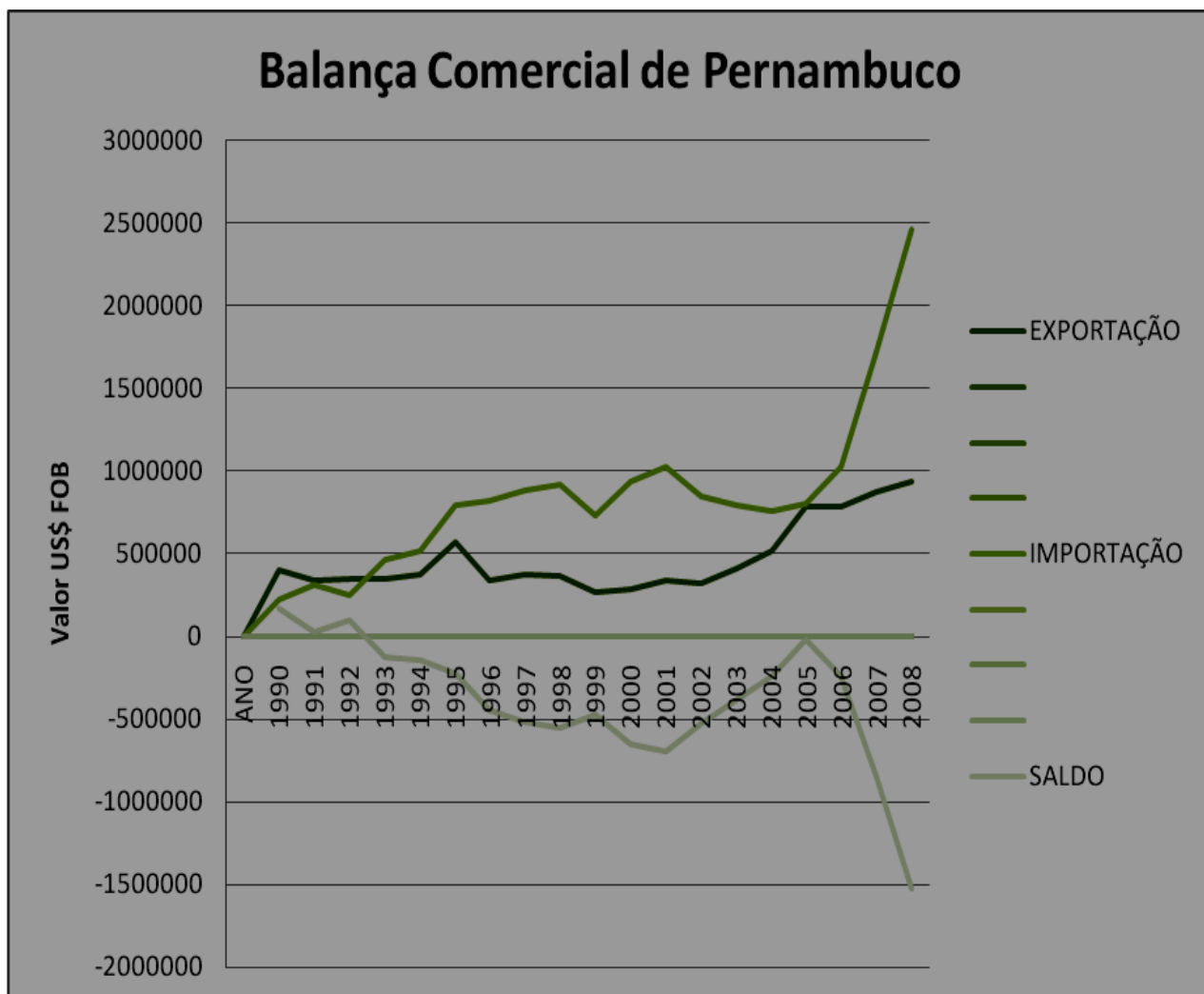
O Quadro 7 mostra a redução da participação nas exportações de açúcar de Pernambuco e do Nordeste nas exportações totais no Brasil. Tanto o Nordeste quanto Pernambuco diminuíram sua participação nas exportações de açúcar no Brasil. A produção exportada brasileira do produto cresceu mais de 400% entre 2000 e 2009, e este crescimento ocorreu principalmente devido a criação de incentivos do governo federal à produção de cana-de-açúcar e a demanda externa por álcool como combustível em outros países. Entretanto o aumento nas exportações de açúcar no Nordeste e em Pernambuco não acompanhou o crescimento do país. O crescimento das exportações de açúcar no Estado foi um pouco maior que 288% no período (MDIC/SECEX, 2010).

É importante salientar o significativo aumento nas importações, sobre tudo em 2007 e 2008, este fato pode ser explicado pelo grande aporte de investimentos realizados no Estado nos últimos anos, com as obras nas instalações do Porto de Suape, a Refinaria de Petróleo, o Pólo de Poliéster, o Estaleiro, como também a atração de indústrias para o Estado como a Perdigão. Tais investimentos demandam máquinas, peças e insumos importados, principalmente os bens de capital, como podemos observar no Quadro 13.

O aumento nas importações pode ser interpretado por um ângulo positivo, no qual espera-se um aumento futuro no PIB do Estado por meio da consolidação dos investimentos realizados no presente.

Outro aspecto importante foram as obras estruturadoras realizadas durante o Governo Jarbas, como as obras no Porto de Suape, no Aeroporto e principalmente a duplicação da BR-232, que após realizadas, fez com que o Estado oferecesse melhores condições estruturais para a atração e suporte a novos investimentos.

Gráfico 1
Evolução da Balança Comercial de Pernambuco



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Com o gráfico 1 podemos visualizar com mais precisão a evolução das exportações e importações de Pernambuco, assim como o saldo comercial que manteve-se abaixo de zero, ou seja, negativo desde 1992, onde as importações superam as exportações. Observa-se também que em 2005 o valor exportado aproxima-se do valor importado, mas, no entanto a partir deste ponto de quase tangência no gráfico as importações

apresentam um aumento exponencial, o que faz que o saldo comercial caia ainda mais, mesmo com a discreta recuperação das exportações a partir de 2002.

Quadro 7 – Participação (%) das exportações de açúcar no Brasil

Região/ Estado	Part. Do total de açúcar bruto exportado no Brasil *	Part. Do total de açúcar bruto exportado no Brasil *	Part. Do total de açúcar bruto exportado no Brasil *	Part. Do total de açúcar bruto exportado no Brasil *
	2000	2003	2006	2009
Nordeste	0,276	0,221	0,1482	0,122
Pernambuco	0,041	0,050	0,027	0,027

Fonte: SECEX/MDIC, 2010. Elaboração própria.

A partir de 2003 o valor exportado por Pernambuco aumentou em relação a 1990, 233%, mas este aumento nas exportações não foi suficiente para manter o percentual da participação nas exportações da região Nordeste. Em termos percentuais a participação das exportações do Estado no total exportado na região Nordeste era de 13,2% em 2000, e em 2008 mesmo com o aumento de 233%, nas exportações a participação diminuiu para 6,06%, isto indica que o dinamismo dos demais estados da região superou o de Pernambuco, (MDIC/SECEX, 2010).

Desde 1993 que a balança comercial pernambucana é deficitária, apresentando saldos negativos crescentes. O tímido resultado das exportações não é o único responsável por esta dinâmica, é importante observar significativo crescimento das importações, que variou entre 1990 e 2008, 1.085,43% mantendo praticamente constante a contribuição das importações do Estado para as importações da região Nordeste (Quadro 6).

4.2 Evolução do padrão das exportações e importações pernambucanas

O contexto de abertura e liberalização trouxe oportunidades e desafios para a economia pernambucana. A possibilidade de importar insumos, máquinas e equipamentos em geral tornou a economia mais competitiva, permitindo a modernização da estrutura produtiva. Contudo, a maior concorrência com a produção externa representou, por outro lado, maior disputa pelos mercados nacionais. Atrelado a este contexto, estava a necessidade de inserção externa da economia pernambucana, que exigia modernização e competitividade crescentes. A análise da evolução das exportações auxilia o entendimento de como Pernambuco lidou com tais questões.

O Quadro 8 mostra a participação dos principais produtos exportados pelo Estado, em ordem decrescente com base em 1990. A participação do açúcar no total exportado, por exemplo, em 1990 era de 71,14%, indicando uma enorme concentração da pauta em apenas um produto com baixo valor agregado e como consequência uma significativa vulnerabilidade do comércio exterior de Pernambuco, que dependia quase que totalmente da produção de cana-de-açúcar para manter suas exportações. A partir de 2000, esta concentração diminuiu, apresentando um percentual de 25,96% neste ano - uma redução de mais de 45% em relação a 1990 - e em 2009 a participação na pauta apresentou uma ligeira recuperação, passando para 38,97%.

Esta redução no percentual exportado de açúcar reflete a crise da atividade canavieira do Estado, principalmente na década de 90. Em relação ao primeiro aspecto, podemos destacar a produção dos outros estados, que tornam-se ameaça para os produtores pernambucanos. A diminuição dos recursos da SUDENE destinados à Pernambuco a partir de 1980 teve grande impacto nesta dinâmica. Outro fator não menos importante conforme Sicsu et al (2007) é o fato de empresários pernambucanos terem diversificado investimentos em outras regiões, enquanto empresários cearenses e baianos, por exemplo, diversificaram a produção em suas regiões de origens.

Dentre os setores que perderam dinamismo no período recente, destaca-se o de peixes e crustáceos que apresentaram uma tendência de queda ao longo da década de 2000: passam de uma participação de quase 10% do total exportado no Estado em 2000, para uma de 1,88% em 2009, (Quadro 8). Outros produtos como plásticos e suas obras e algodão e vestuários de malha também perderam importância na pauta exportadora ao longo das duas últimas décadas.

Analisando isoladamente o artigo roupas e vestuário observa-se, de acordo com o Quadro 8, que em 1990 a participação das exportações era de 2,12%, e mesmo com o desenvolvimento do pólo de confecções do Agreste pernambucano ao longo dos últimos anos as exportações de vestuários e roupas de malha diminuiu. Somando as exportações de camisas e peças de vestuário em geral de tecido, em 2000 a participação desses itens foi de 2,79% no total exportado de Pernambuco segundo dados do MDIC/SECEX (2010), já em 2005 este valor diminui para 1,23% e em 2009 a participação de vestuário e roupas é de apenas 0,14% do total.

Plásticos e suas obras também apresentaram redução na participação das exportações, em 1990 a participação era de 4,07%, em 2000 a participação era de 6,80% do total exportado, já em 2005 o percentual cai para 2,54 e em 2009 apresenta 2,52%, indicando perda de dinâmica do setor no Estado.

O setor produtor de ferro fundido, ferro, aço e suas obras também apresentou retração, onde a participação nas exportações do Estado em 1990 era de 4,61%, em 2000 chega a apenas 0,02%, e finalmente apresenta alguma recuperação em 2005 com 3,95%, mas em 2009 a participação nas exportações cai novamente revelando 1,19% (Quadro 8).

Dentro do grupo de setores que despontaram no Estado, verificando-se no dados apresentados no Quadro 8, que a fruticultura em Petrolina assume destaque na pauta exportadora - em 1990 a participação dessa produção no total exportado em Pernambuco era de 0,21%, passando para 2,74% em 1995, mas depois alcançando 7,51% e 10,62% nos anos de 2000 e 2009, respectivamente.

Dinâmica igualmente positiva assume o item de polímeros e produtos e tecidos na pauta exportadora de Pernambuco. Em 2000 estes itens participaram com 2,97%, em 2005 com 2,29 %, e em 2009 os polímeros e poliéster somaram 12,85% do total exportado por Pernambuco, despontando como segundo grupo de produtos mais exportados, ficando atrás somente do açúcar. Vale ressaltar, neste grupo em destaque, a dinâmica do tereftalato de polietileno em forma primária, que sozinho representou em 2009 10,95% do total exportado.

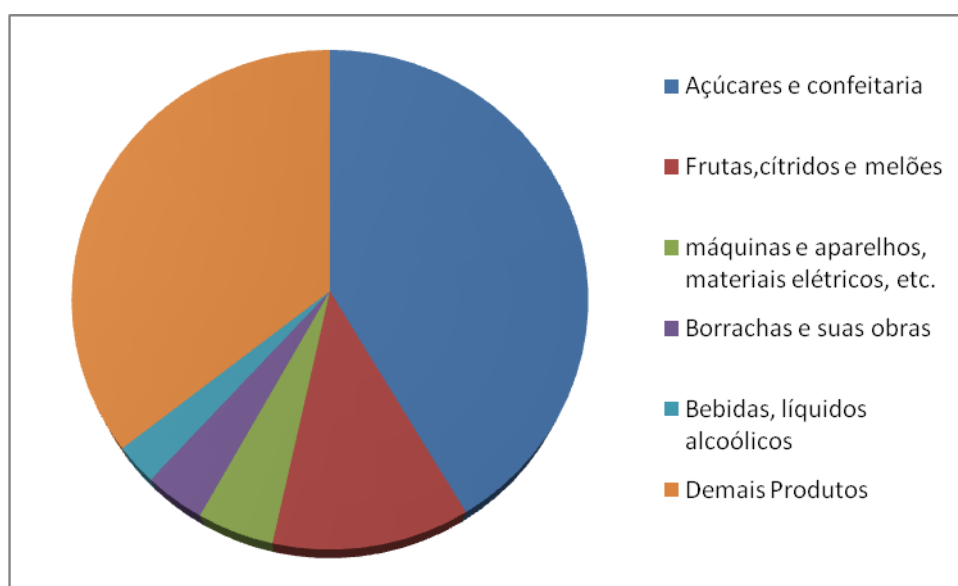
Segundo dados do MCIC/SECEX (2010) em 2006 a participação do tereftalato foi de apenas 0,57%, tendo esta variação indicado ser este um segmento incipiente da economia pernambucana, e um dos motivos pode ser a implantação e estruturação do Pólo de Poliéster no Estado, que está sendo beneficiado com isenções fiscais, no intuito de atrair maior aporte de investimento⁵. Ainda de acordo com o Quadro 8 podemos observar que soma to total da participação dos principais produtos exportados diminuiu, indicando uma discreta renovação da pauta exportadora do Estado, em 1990 a soma foi de 96,56%, onde apenas quatro produtos somavam mais de 87% da participação total, com altíssimo nível de concentração. Em 2009 a soma dos principais produtos exportados é de 72%, onde os quatro principais produtos exportados é de 67%.

⁵ Embora o Projeto do Polo de Pliéster ainda não esteja totalmente concretizado o resultado nas exportações já comprovam sua importância para a economia de Pernambuco.

Quadro 8 – Principais Produtos Exportados em Pernambuco (%)

Principais produtos exportados em %					
Produtos	1990	1995	2000	2005	2009
Peixes e crustáceos etc.	0,74	1,32	9,47	5,10	1,88
Produtos de origem animal	0,02	0,01	0,15	0,00	0,00
Produtos Hortícolas	0,33	0,07	0,30	0,00	1,97
Frutas, cítricos e melões	0,21	2,74	7,51	10,62	11,28
Açúcares e confeitaria	71,14	67,73	25,96	24,44	38,97
Preparações de produtos hortícolas, frutas etc.	0,28	0,05	0,60	0,47	1,37
Bebidas, líquidos alcoólicos	1,06	2,92	1,62	2,96	2,44
Produtos químicos orgânicos	0,73	1,76	4,67		0,00
Plásticos e suas obras	4,07	3,93	6,80	1,38	2,01
Borrachas e suas obras	0,48	3,21	3,73	6,56	3,48
Pele e couros	1,62	2,10	3,50	1,13	0,29
Algodão e vestuário de malha	2,12	3,65	5,10	2,28	0,56
Fibras sintéticas ou artificiais	0,31	0,27	1,41	0,00	0,00
Tecidos especiais e tapeçarias	0,01	0,00	2,33	0,00	0,00
Obras de pedra e gesso	0,03	0,33	1,18	0,00	0,03
Produtos cerâmicos	0,58	0,79	0,13	0,00	0,74
Vidros e suas obras	0,00	0,00	0,26	0,17	0,08
Ferro fundido, ferro e aço e suas obras	4,61	1,30	0,02	3,95	1,19
Alumínio e suas obras	0,53	1,75	1,94	3,87	1,39
Obras diversas	0,00	0,00	2,08		0,00
Máquinas e aparelhos, inst. Mecânicos	0,35	0,18	1,13	0,94	
Máquinas e aparelhos, materiais elétricos, etc.	7,34	3,46	12,60	2,38	4,39
SOMA DA PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	96,56	97,57	92,49	66,25	72,07

Fonte: MCIC/SECEX, 2010.

Grafico 2**Participação dos cinco principais produtos exportados por Pernambuco em 2009**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MCIC/SECEX.

Quadro 9 – Principais Produtos Importados em Pernambuco (%).

Principais produtos importados em %			
Produtos	2000	2005	2009
GASOLEO (OLEO DIESEL)	13,46	0	0
BUTANOS LIQUEFEITOS	13,29	5,42	3,44
PROPANO EM BRUTO, LIQUEFEITO	6,46	1,34	11
TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO C/CENTEIO	5,56	6,51	5,48
MILHO EM GRAO, EXCETO PARA SEMEADURA	4,09	0,53	0
QUEROSENES DE AVIACAO	3,94	1,78	0,57
CHAPAS DE LIGAS ALUMINIO.	3,85	0	0
OLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO DEGOMADO	2,57	0	0,23
GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP)	2,31	2,34	0
OUTRAS PARTES P/TUBOS CATODICOS	2,09	1,74	0
OUTRAS CHAPAS E TIRAS, DE LIGAS DE ALUMINIO	1,67	0,38	0,25
P-XILENO	1,65	4,19	0
ACIDO ACETICO	1,37	1,59	0
OUTROS TIPOS DE ALGODAO NAO CARDADO NEM PENTEADO	0,97	0	0
OUTRAS	0,91	0,61	0
TELHAS, LADRILHOS, SEMELHS. DE CIMENTO, CONCRETO, ETC	0,88	0	0
LEITE INTEGRAL, EM PO, MATERIA GORDA	0,88	0	0
OUTROS CLORETOS DE POTASSIO	0,71	1,45	0,77
OUTROS PNEUS NOVOS PARA ONIBUS OU CAMINHOS	0,7	0,18	0,22
BACALHAUS	0,63	0,93	0,65
POLARES, LINGS, ZARBOS, ETC. SECOS, NAO DEFUMADOS	0,63	0,93	0,65
ACIDO TEREFTALICO E SEUS SAIS	0,36	1,13	16,06
SOMA DA PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	67,47	30,12	38,67

Fonte: MCIC/SECEX, 2010. Elaboração própria.

O Quadro 9 mostra os principais produtos importados em Pernambuco, onde se pode observar que as importações de óleo diesel praticamente deixaram de existir no período

analisado (2005 e 2009), enquanto em 2000 as importações de diesel representavam mais de 13% do total importado pelo Estado. A importação de Butanos Liquefeitos também apresentou a mesma trajetória de redução, em 2000 as importações representavam 13,49%, já em 2005 era apenas 5,42% e em 2009 3,44%. Com o milho ocorreu o mesmo fato, as importações em 2000 eram de 4,09% do total importado, já em 2009 foi nula⁶.

As importações de trigo permaneceram praticamente constantes entre 2000 e 2009. Já as de Ácido Tereftálico aumentaram significativamente durante o período analisado, em 2000 a importação era praticamente nula, em 2005 aumentam para 1,13% do total exportado, e em 2009 a participação aumenta para 16,06%, sendo o principal produto importado por Pernambuco. Uma explicação para este aumento nas importações de Ácido Tereftálico, pode ser o fato de servir de matéria prima para a fabricação de polímeros e poliéster, acompanhando a tendência de alta das exportações dos mesmos.

Dado o exposto nesta seção, tem-se que a soma dos principais produtos importados diminuiu de 67,47% do total para 38,67% em 2009, indicando uma renovação na pauta importadora.

4.3 Importações e exportações pernambucanas: análise de fator agregado

Dividindo-se a produção em itens básicos, manufaturados, semi-manufaturados e industrializados⁷, tem-se importante informação a respeito da evolução econômica do Estado, dentro do tema abordado na pesquisa. No Quadro 10 observa-se que no início do período analisado os produtos básicos representavam 25% dos exportados, este percentual diminuiu ao longo do tempo, caindo drasticamente em 1996 para 6,29% e apresentando recuperação a partir dos anos 2000, onde ao final da década, em 2009, revela 14% de participação nas exportações de Pernambuco.

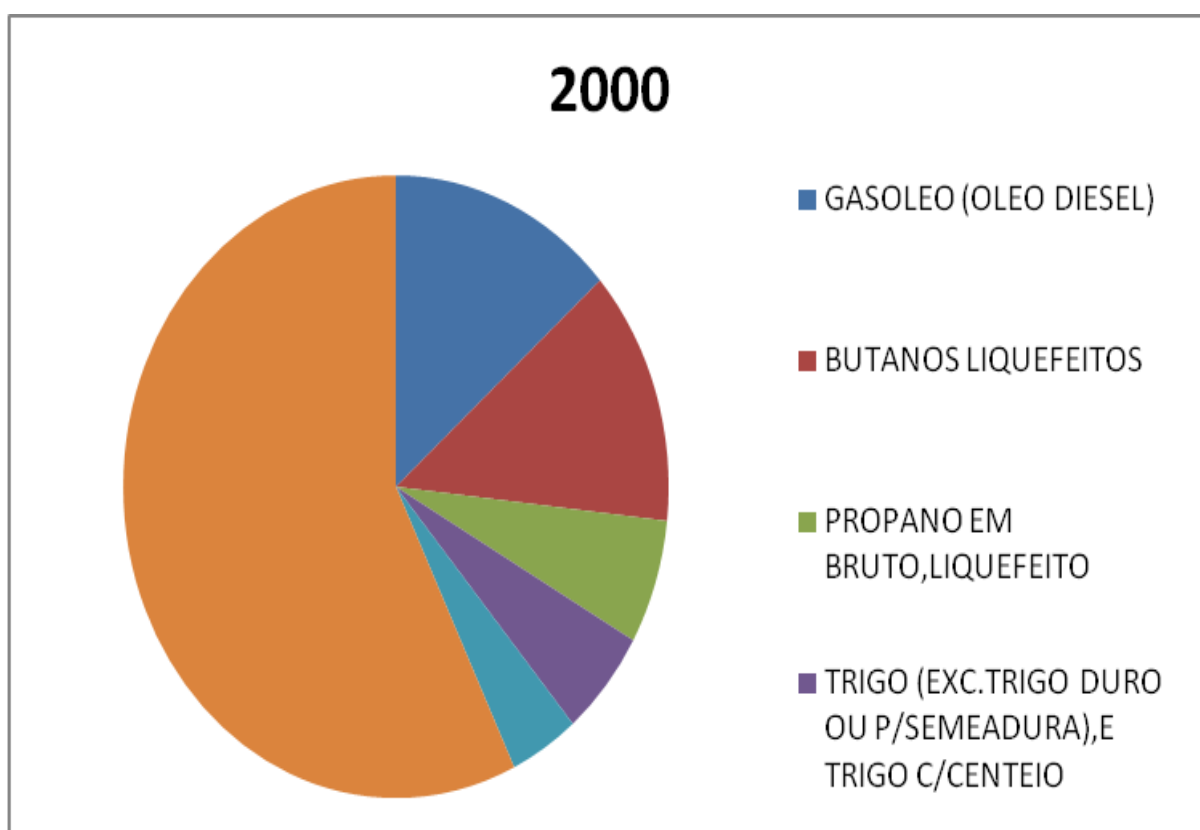
Os produtos manufaturados perdem espaço para os semimanufaturados, conforme indicação do Quadro 10. Em 1991 os manufaturados representavam 74% do total exportado, vão reduzindo suas participações, mantendo-se abaixo dos 60% a partir de 1993, enquanto os semimanufaturados em 1991 representavam menos de 1%, ganharam espaço em 1992, oscilaram um pouco mas mantendo a média de 20%, e fechando o ano de 2009 com participação de 23%.

Por sua vez, os produtos básicos perderam espaço para os produtos industrializados, mas com uma mudança na composição dos produtos industrializados exportados os produtos semimanufaturados aumentam sua representatividade, e por possuírem menor valor agregado, contribuem para a diminuição do valor total exportado, acentuando ainda mais o déficit da balança comercial de Pernambuco (Quadro 10).

⁷ Reúnem os manufaturados e os semimanufaturados.

Gráfico 3

Participação dos cinco principais produtos importados em 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MCIC/SECEX.

Quadro 10 - Participação das Exportações em Pernambuco segundo fator agregado (%)

Ano	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)
1991	0,2502	0,7464	0,0114	0,7351
1992	0,2368	0,7585	0,0568	0,7017
1993	0,3231	0,6751	0,1558	0,5194
1994	0,2306	0,7663	0,2319	0,5344
1995	0,2537	0,7404	0,2213	0,5192
1996	0,0629	0,9183	0,3517	0,5666
1997	0,0438	0,9357	0,4287	0,5070
1998	0,0634	0,9186	0,3976	0,5210
1999	0,0984	0,8753	0,3260	0,5493
2000	0,1709	0,7913	0,2777	0,5135
2001	0,1833	0,7962	0,3772	0,4191
2002	0,2467	0,7409	0,1987	0,5422
2003	0,2829	0,7060	0,2178	0,4882
2004	0,1795	0,7550	0,2459	0,5091
2005	0,1698	0,7715	0,2568	0,5147
2006	0,2007	0,7681	0,2351	0,5330
2007	0,2239	0,7356	0,1910	0,5446
2008	0,1996	0,7445	0,1935	0,5510
2009	0,1423	0,8165	0,2326	0,5839

Fonte: MCID/SECEX, 2010. Elaboração Própria

Quadro 11 - Participação das Importações de Pernambuco segundo Fator Agregado %.

		Industrializados (A+B)	semimanufatura-dos (A)	
Ano	Básicos			Manufaturados
1991	0,3558	0,6442	0,0292	0,6149
1992	0,3293	0,6707	0,0706	0,6001
1993	0,3522	0,6478	0,0425	0,6053
1994	0,3289	0,6711	0,0558	0,6153
1995	0,2386	0,7614	0,0420	0,7194
1996	0,2578	0,7422	0,0320	0,7102
1997	0,2144	0,7856	0,0231	0,7624
1998	0,2431	0,7569	0,0500	0,7069
1999	0,1865	0,8135	0,0448	0,7688
2000	0,1716	0,8284	0,0448	0,7836
2001	0,0991	0,9009	0,0409	0,8600
2002	0,1114	0,8886	0,0706	0,8181
2003	0,1478	0,8522	0,0373	0,8149
2004	0,1677	0,8323	0,0443	0,7880
2005	0,1321	0,8679	0,0345	0,8334
2006	0,1174	0,8826	0,0317	0,8509
2007	0,1044	0,8956	0,0477	0,8479
2008	0,1041	0,8959	0,0505	0,8455
2009	0,0975	0,9025	0,0334	0,8691

Fonte: Dados obtidos no MDIC/SECEX, 2010.

O Quadro 11 mostra a participação das importações segundo valor agregado a partir de 1991 até 2009. As importações de produtos básicos diminuíram ao longo das duas últimas décadas. Em 1991 a participação nas importações foi de 36%, a partir de 1995 este percentual diminuiu gradualmente terminando em 2009 com pouco mais que 9% do total importado.

Já as importações de produtos industrializados aumentaram 26%, passando de 64% em 1991 para 90% em 2009, e de forma inversa ao que ocorre aos produtos básicos, o aumento inicia-se em 1995, atingindo valores gradualmente mais altos até o final do período (Quadro 11).

Este aumento das importações dos produtos industrializados, se analisados separadamente os produtos manufaturados e os semimanufaturados, permite inferir que a dinâmica geral das importações é contrária à das exportações. No caso das importações, o crescimento dos produtos manufaturados foi em grande parte responsável por esta dinâmica, em 1991 o percentual de manufaturados na pauta de importação era de 61% e em 2009 este número sobe para 87% (Quadro 11).

De outro lado, os semimanufaturados, de acordo com o Quadro 11, permaneceram com sua participação nas importações praticamente inalterada, tendo-se em conta o início e o final da série em 1991 a participação era de 2,9% e em 2009 é pouco mais que 3,3%, oscilando pouco ao longo das duas últimas décadas, permanecendo a maior parte do período entre 3% e 4%, com exceção de 1994 e 1995 que atingiu 5% e 2002 que atingiu 7%.

A abertura comercial ocorrida no começo da década de 90 somente começou a gerar efeitos sobre o comércio exterior em Pernambuco em 95, principalmente após a política cambial do início do Plano Real, quando conforme os Quadros 10 e 11. Atenta-se para uma mudança na composição das importações e exportações segundo fator agregado, como também para o aumento do volume importado em detrimento da diminuição das exportações até 2002 (Quadro 6).

Quadro 12 – Exportações de Pernambuco segundo Setores das contas Nacionais

EXPORTAÇÃO PERNAMBUCO				
Setores de Contas Nacionais US\$ FOB				
	2000 (Jan/Dez)		2009 (Jan/Dez)	
	Valor	Part. %(*)	Valor	Part % (*)
BENS DE CAPITAL	31.511.785	11,1	19.163.305	2,33
BENS DE CAPITAL (EXC.EQUIP.DE TRANSPORTE USO INDUSTR.)	31.511.785	11,1	18.890.366	2,29
EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE USO INDUSTRIAL	-----	-----	272.939	0,03
BENS INTERMEDIARIOS	152.139.130	53,58	458.528.705	55,65
ALIMENTOS E BEBIDAS DESTINADOS A INDUSTRIA	58.444.118	20,58	173.229.631	21,02
INSUMOS INDUSTRIAIS	89.604.898	31,56	259.568.679	31,5
PECAS E ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	4.090.114	1,44	25.730.395	3,12
BENS DIVERSOS	---	---	---	---
BENS DE CONSUMO	89.542.374	31,53	306.146.129	37,15
BENS DE CONSUMO DURAVEIS	144.476	0,05	2.089.548	0,25
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	89.397.898	31,48	304.056.581	36,9
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	---	---	6.190.745	0,75
DEMAIS OPERACOES	10.753.302	3,79	33.943.012	4,12

Fonte: MDIC/SECEX, 2010. (*) Participação percentual nas exportações brasileiras

O Quadro 12 mostra a evolução das exportações entre 2000 e 2009, segundo os setores de contas nacionais. Infere-se que as exportações de bens de capital em 2000 representavam 11,11% do total exportado, mas este valor em 2009 cai para 2,33%. As exportações de bens intermediários ficam praticamente estáveis entre o período analisado, destacando-se as exportações de peças e acessórios de materiais de transporte, com valores percentuais de 1,44% em 2000 e de 3,12% em 2009.

O setor das contas nacionais que apresentou aumento em sua participação nas exportações foi o de bens de consumo, onde os bens não duráveis foi o maior responsável, com 31% de participação em 2000 e 36,9% em 2009. Já o setor de bens de consumo duráveis manteve sua participação nas exportações praticamente estável (Quadro12).

Atendo-se aos combustíveis e lubrificantes, segundo dados do MDIC/SECEX (2010), em 2008 a representação destes itens era de 2,23%, mas em 2009 esta cai para 0,75%, indicando um declínio acentuado na participação destes nas exportações.

As informações apresentados no Quadro 12 indicam ainda perda de dinamismo em setores de produtos de maior valor agregado como o de bens de capital, assim como maior dinamismo em setores de produtos com menor valor agregado como é o caso dos bens de consumo não duráveis. Esta situação da composição das exportações de Pernambuco é desfavorável, acentuando a problemática do comércio externo do Estado.

Quadro 13 – Importações de Pernambuco segundo Setores das Contas Nacionais

IMPORTAÇÃO PERNAMBUCO				
SETORES DE CONTAS NACIONAIS US\$ FOB				
	2000 (jan/Dez)		2009 (jan/Dez)	
	Valor	Part % (*)	Valor	Part % (*)
BENS DE CAPITAL	103.989.185	11,08	395.570.581	19,97
BENS DE CAPITAL (EXC.EQUIP.DE TRANSPORTE USO INDUSTR.)	103.842.468	11,06	390.444.688	19,71
EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE USO INDUSTRIAL	146.717	0,02	5.125.893	0,26
BENS INTERMEDIARIOS	383.364.205	40,84	1.064.132.616	53,73
ALIMENTOS E BEBIDAS DESTINADOS A INDUSTRIA	88.170.227	9,39	253.456.119	12,8
INSUMOS INDUSTRIAIS	277.974.990	29,61	785.108.800	39,64
PECAS E ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	17.218.988	1,83	25.479.477	1,29
BENS DIVERSOS	---	---	88.220	---
BENS DE CONSUMO	80.322.171	8,56	220.057.868	11,11
BENS DE CONSUMO DURAVEIS	2.713.505	0,29	22.248.467	1,12
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	77.608.666	8,27	197.809.401	9,99
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	371.081.068	39,53	300.735.637	15,18
DEMAIS OPERACOES	---	---	---	---

Fonte: MDIC/SECEX, 2010. (*) Participação percentual nas exportações brasileiras segundo Setores das Contas Nacionais.

O Quadro 13 mostra as importações de Pernambuco segundo os setores de contas nacionais, onde é revelada uma tendência contrária à das exportações, conforme já comentado, ou seja, os produtos importados com maior intensidade em tecnologia e maior valor agregado aumentam sua participação no total importado pelo Estado entre 2000 e 2009. Em 2000 os bens de capital representaram 11,08% do total importado, e em 2009 a participação foi de 19,71%.

O setor de bens intermediários também apresentou aumento representativo, passando de 40,84% em 2000 para 53,73% em 2009, com destaque para os insumos industriais que elevaram sua participação de 29,61% para 39,64%, um crescimento absoluto de mais de 10%, (Quadro 13).

Por sua vez, o setor de bens de consumo apresentou uma pequena variação no período analisado, onde os bens não duráveis elevaram sua participação de 8,27% em 2000 para 9,99% em 2009 (Quadro 13).

Finalmente, o aumento das importações de insumos industriais e bens de capital podem indicar maior dinamismo de alguns setores industriais que estão demandando tais itens, mas também revelam alguma desestruturação de cadeias produtivas locais, que possam apoiar a industrialização do Estado.

4.4 Novos investimento no Estado

Apesar do cenário um pouco pessimista do comércio exterior pernambucano, o Governo do Estado vem buscando atrair novos investimentos para o Estado e desenvolver projetos estruturadores que diminuam os gargalos da sua economia.

Em Junho de 2010 o Governador Eduardo Campos assinou decreto para criação da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco⁸, indicando os esforços do Governo em alavancar o crescimento econômico do Estado.

Ainda como exemplo de esforço do Governo para alavancagem de investimentos no Estado e segundo a Addiper (2010), novos projetos estruturadores estão sendo desenvolvidos pelo Governo Estadual com parceria com o Governo Federal, e dentre eles podemos destacar:

- (i) Estaleiro Atlântico Sul que será responsável pela construção de navios e plataformas sob encomenda da Petrobrás, a construção está orçada em R\$ 2 bilhões;
- (ii) Investimentos em logística e infraestrutura, com a construção do terminal açucareiro de grãos em Suape, orçada em R\$ 120 milhões;
- (iii) Pólo de celulose, por meio de um programa de reflorestamento na Zona da Mata com a implantação de uma indústria de papel e celulose, com investimento orçado em R\$ 3 bilhões;
- (iv) Pólo Farmacoquímico, que irá reunir indústrias de medicamentos, que inicialmente possuía em seu projeto a instalação de 3 empresas no ramo: a Hemobrás, Novartis e Lafape, mas que está com projeto de implantação da indústria Riff Laboratório Farmaceutico;
- (v) O Pólo Petroquímico, localizado em Suape, orçado em R\$ 1,1 bilhão que já tem instalada em sua planta a indústria italiana de resina Pet Mossi & Ghisolfi (M&G);
- (vi) Refinaria Abreu e Lima, com previsão para funcionamento em 2011, que terá capacidade para produção de 200 mil barris/dia, orçada em R\$ 4,05 bilhões.

Segundo Camarotto (2010)⁹ O Governo de Pernambuco anuncia a chegada de 17 novas indústrias para Pernambuco, oferecendo isenção de 75% a 95% do ICMS, de acordo com a região em que se localizará cada fábrica, segundo regras do Prodepe. Dentre as indústrias podemos destacar a Mavalério, indústria paulista de confeitos, chocolate

⁸ Informações retiradas do site www.addiper.pe.gov.br em 04/06/2010.

⁹ Informações retiradas do Jornal Valor Econômico, edição de 02 de julho de 2010.

granulado e açúcar de confeitiro; a Metalfrio, líder mundial na fabricação de refrigeradores comerciais e a Eucatex, indústria de tintas.

Importante enfatizar que as políticas de atração de investimentos relatadas nesta seção fazem parte de um conjunto de ações voltadas para o maior desenvolvimento da economia pernambucana, com base no fortalecimento das atividades produtivas. É provável que impactos advindos destas ações se refletirão em resultados futuros com benefícios para o emprego, renda e comércio exterior da região. Espera-se que, a partir da continuidade concretude destes investimentos, o Estado assuma um melhor posicionamento do mercado mundial.

Capítulo 5 – Aspectos Conclusivos¹⁰

i) Objetivo Geral

Após o fim dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE durante a década de 70 a economia pernambucana passou por longos períodos de estagnação econômica. Até 1992, Pernambuco apresentava saldos positivos em sua balança comercial, no entanto, após a abertura econômica a maior concorrência com o mercado externo contribuiu para os sistemáticos saldos comerciais negativos verificados nas contas do Estado.

As importações cresceram vertiginosamente, apresentando em 2008 uma variação no valor importado de mais de 1000% se comparado ao resultado do ano de 1990. O Estado não acompanhou a tendência do Brasil, que converteu o déficit externo em superávit a partir de 2001, pelo contrário, os déficits só têm aumentado ao longo da última década.

ii) Objetivos Específicos

- Estudar as atividades de exportação no Estado de Pernambuco a partir de 1990, identificando segmentos mais representativos:

A diminuição na participação das exportações de Pernambuco no total exportado pelo Nordeste confirma a perda de dinamismo do comércio exterior do Estado. O açúcar que era o principal produto da pauta, responsável por mais de 70% das exportações em 90, ainda continua como primeiro colocado na pauta, mas com uma participação menor, cedendo espaço para outros segmentos. Interessante destacar perda de dinamismo da economia açucareira no Estado em comparação com o Nordeste e com o Brasil - embora a produção tenha aumentado, cresceu em proporção menor que o crescimento em nível regional e nacional, indicando a necessidade de investimentos no setor para aumentar a competitividade.

¹⁰ OS aspectos conclusivos foram separados tendo em vista os objetivos gerais e específicos do trabalho.

Houve uma renovação na pauta exportadora, outros produtos despontaram, indicando novos setores dinâmicos na economia pernambucana, que passaram a ocupar lugares de destaque, é o caso das frutas e vinhos do Vale do São Francisco, com aumentos constantes em suas participações. Destacam-se ainda os polímeros e seus derivados, que alcançaram uma significativa participação na pauta exportadora, obtendo em 2009 o segundo lugar no *ranking* dos produtos mais exportados do Estado. Em parte este resultado é consequência dos incentivos federais no Estado, especialmente no que se refere à implantação do Pólo de Poliéster, atraindo investimentos e indústrias do ramo.

Além dos déficits comerciais, Pernambuco apresentou outras características desfavoráveis na composição de suas exportações e importações. Quanto às exportações, a participação dos produtos com maior valor agregado diminuiu consideravelmente ao longo do período analisado, enquanto a de bens de consumo não duráveis aumenta.

- Pesquisar a evolução das importações ao longo do período na região em questão:

Com as importações ocorre o contrário descrito em parágrafo anterior, as importações de produtos de maior valor agregado se elevam, destacando-se os bens de capital. Esta mudança na composição das exportações e importações acentua o quadro desfavorável do comércio externo do Estado, que perde posição ante aos outros Estados da Região Nordeste.

- Investigar o comportamento da balança comercial pernambucana, destacando os impactos das políticas de liberalização, políticas cambiais e de fomento às exportações:

Após o fim dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE durante a década de 70 a economia pernambucana passou por longos períodos de estagnação econômica. Até 1992, Pernambuco apresentava saldos positivos em sua balança comercial, no entanto, após a abertura econômica a maior concorrência com o mercado externo contribuiu para os sistemáticos saldos comerciais negativos verificados nas contas do Estado.

Contudo, o aporte de investimento federal no Estado vem consolidando novos investimentos, que precisam de tempo para maturar. Espera-se assim, que as informações dos anos vindouros revertam a tendência verificada.

Embora esse tema já tenha sido explorado por outros trabalhos, a intenção da escolha deste foi reunir variáveis recentes, para a análise do comércio exterior de Pernambuco ao longo das duas últimas décadas.

5.1 Sugestões para Trabalhos Futuros

Tendo em vista que comércio externo de Pernambuco não foi completamente explorado e analisado, fica o espaço para vários outros estudos. Contudo, espera-se ter reunido informações importantes para análise competitiva do Estado em anos recentes.

Destacam-se alguns pontos que podem servir de objeto futuro para pesquisas:

- (i) Análise dos impactos da pauta importadora do Estado nas cadeias produtivas em diferentes mercados;
- (ii) Estudo da concentração de mercado pernambucano face à configuração das exportações e importações;
- (iii) A partir das importações e exportações por destino, identificação de possíveis fortalecimentos de blocos regionais e econômicos.

Referências

ADDIPER. Disponível em: <http://www.addiper.pe.gov.br> . Acesso em: 10 de Maio de 2010.

Aliceweb. Disponível em: <http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 30 de Maio de 2010

Baer, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.

Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 12/05/2010.

Baumann, Renato. **Brasil na década de 1990**. São Paulo: Campus, 1996.

Baumann, R.; Canuto, O.; Gonçalves, R. **Economia Internacional: teoria e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Camarotto, Murillo. **Desenvolvimento: Governo anuncia hoje chegada de 17 empresas, que vão criar 3 mil empregos diretos**. Recife: Jornal Valor Econômico, edição de 02 de julho de 2010.

Carneiro, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**. São Paulo: UNESP, 1996.

Fontenele, Ana Maria & Melo, Maria Cristina. **Desempenho externo recente da região Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

Fiori, José L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Galvão, Olimpio José de Arrouxelas & Vergolino, José Raimundo. **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

Gomes, Gustavo Maia (Coordenador). **A economia de Pernambuco: Uma contribuição para o futuro**. Recife: Secretaria de Planejamento, 2006.

Gremaud et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2006.

Krugman, Paul R. & Obstfeld, Maurice. **Economia Internacional - Teoria e Política**. São Paulo: Makron Books, 2005.

Ipeadata. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 20/05/2010.

Lacerda, A. C. et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Lima, João Policarpo Rodrigues. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste. In: Bernal, Maria Cleide Carlos (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.

Lima, João Policarpo R.; Sicsú, Abraham; Gatto, Maria Fernanda. **Economia de Pernambuco: Transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez, 2007.

Maia, J. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 1995.

Mello, João Manuel Cardoso. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Melo, Maria Cristina Pereira. **Inserção Internacional da Região Nordeste e a Dinâmica do Comércio Exterior Brasileiro nos Anos Recentes**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez, 2007.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior. www.mdic.gov.br. 2010. Acesso em 25/05/2010.

Neto, Aristides Monteiro; Vergolino, José Raimundo. **A economia de Pernambuco no Limiar do Século XXI**. Recife: Departamento de Economia UFPE, FACEPE, 2001.

Souza, Nilson. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

Tavares, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Viana, Fernando Luiz Emerenciano; Ary, José Carlos Aziz. **Infra-Estrutura do Nordeste: Estágio Atual e possibilidades de investimentos**. Série Documentos do Etene Nº 07. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.